

INTRODUÇÃO

*Dawisson Belém Lopes
Manoel Leonardo Santos
Aziz Tuffi Saliba*

Qualquer escrito cujo assunto seja a América Latina não pode prescindir de fazer referência a um conjunto mínimo de perguntas, ao arriscar-se a olhar criticamente para os desafios globais e regionais contemporâneos. A começar pelo mais intrigante e, talvez por isso, mais previsível dos questionamentos: *o que se entende por América Latina?* Ora, com que intensidade as invisíveis e visibilíssimas forças da globalização incidem sobre as heterogêneas sub-regiões da assim chamada América Latina? Como países e sociedades tão diferentes e tão semelhantes lidaram com a redemocratização de seus corpos político-institucionais e a reestruturação de suas economias ao longo das últimas décadas?

No palco das relações internacionais, que grau de protagonismo, efetivamente, nos cabe? Mercados emergentes como Argentina, Brasil e México são comparáveis e/ou acomodam-se sob o mesmo toldo que Equador e Belize? Como economia e política interagem dentro dos Estados nacionais, dentro do sistema regional latino-americano e com o resto do mundo? Entre alinhamentos automáticos e saídas autárquicas, há espaço para

terceiras vias na política exterior? Estamos condenados a tomar partido entre Washington e Pequim? Existe um lugar para a América Latina nas cadeias globais de produção?

Os temas sociais, é claro, também são balizas obrigatórias para o latino-americanista que se preze. Que progressos e regressos se podem perceber em campos tão abrangentes quanto a saúde, a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia? Como os povos da região andam tratando o meio ambiente e os direitos humanos? Em que direção avançou a discussão sobre modos e costumes, moralidade e ética? As questões de paz e de guerra foram equacionadas e seguimos sendo uma “anomalia pacífica” no cotejo com o resto do planeta? Ou há focos eruptivos? Em face das levas de perguntas não devidamente respondidas, seguem ensaios de reação a elas.

O que faz da América Latina, América Latina?¹

Começemos pelo começo. Inexiste consenso no tocante à genealogia do termo “América Latina”. Para Arturo Ardao (1980), em sua obra *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*, coube ao colombiano José Maria Torres Caicedo utilizar pela primeira vez o conceito, nos idos do século XIX. Segundo Fernando del Paso (1987), a noção de “América Latina” foi originariamente concebida por Michel Chevalier, ideólogo da teoria panlatina de Napoleão III. Já o escritor chileno Miguel Rojas Mix (1991) afirma ter sido seu compatriota, Francisco Bilbao, o primeiro a lançar mão da expressão “América Latina”, em uma conferência realizada em Paris, no ano de 1856.

Os indícios tendem a evidenciar o papel determinante jogado por Francisco Bilbao. Caicedo burilou a noção, difundindo-a na

¹ A óbvia referência a livro clássico do antropólogo brasileiro Roberto DaMatta é também uma alusão ao ensaio “O que faz da América Latina, América Latina?”, autorado por Dawisson Belém Lopes, Filipe Nasser e Joelson Vellozo Jr. (2004), no qual esta seção da introdução se apoia extensivamente.

sequência. Mas ambos os acadêmicos tinham em mente, por “América Latina”, uma imagem um pouco distinta daquela hoje praticada: o termo abarcava o conjunto de países colonizados por Espanha, Portugal e França, na América Meridional. As propostas de Bilbao e Caicedo serviam claramente aos propósitos imperialistas que a Corte de Napoleão III – imperador da França – nutria em respeito a esta parte do mundo. Para muito além da conquista do México, a França napoleônica aspirava a transformar países como Guatemala, Equador e Paraguai em monarquias dependentes da Corte das Tulherias.

É importante destacar que, à época, as grandes capitais europeias buscavam estender os seus tentáculos imperiais por todo o planeta. A “Iberoamérica” se havia apresentado, até aquele instante, como uma região hermeticamente vedada aos instintos imperialistas europeus – vedação que se deveu, no plano retórico, ao monroísmo dos norte-americanos; mas no plano prático, como o historiador Eric Hobsbawm apontava, à força da Royal Navy britânica. A França, no correr dos anos de 1850 e 1860, necessitava de um nexos de identidade com a região. A tese panlatina constituiu-se em caminho natural. Fazia-se mister o amálgama identitário entre a monarquia francesa e os países latinos situados em ambos os lados do Atlântico.

A doutrina do latino-americanismo remete, portanto, à incursão de Napoleão III por solo mexicano. Sob a tutela da França, estariam todos aqueles povos algo assemelhados ao mexicano: *hablantes* do espanhol, índios, católicos fervorosos. Como bem assinalou o monarca francês (*apud* CAMBESES JR., 2004), em uma célebre carta escrita em junho de 1862: “Se, com o apoio da França, consolidar-se um governo estável no México, teremos devolvido à raça latina, do outro lado do oceano, sua força e seu prestígio, garantindo a segurança de nossas colônias nas Antilhas.” Teria tocado a Tisserand, acadêmico próximo à Corte Napoleônica e divulgador da tese de Chevalier, canonizar o

termo “América Latina”, empregando-o em famoso artigo de sua autoria (cf. PHELAN, 1993).

O latino-americanismo, sobretudo a partir dos anos de 1970 do século XIX, espalhou-se por todos os países, do México e istmo da América Central à Argentina, qual uma praga na lavoura. Constituíra-se a grande irmandade ideológica. Bolívar, ao seu modo, já a havia esboçado. Monroe – há quem diga – de tudo fez para usurpá-la. E os brasileiros...

Os brasileiros, ante o fenômeno, permaneceram atônitos. Pois que a condição latino-americana de um brasileiro, há que se dizer, é contraditória, por alguns motivos. O conto do latino-americanismo não penetrou com a mesma fluidez na “ilha Brasil”, já que falávamos – e ainda falamos – o português, e não o espanhol – a *lingua franca* do subcontinente. Temos negros e pardos em demasia – o que sabota, de saída, toda e qualquer pretensão de um Mariátegui, ao associar o índio ao “homem comum” da América Latina. Nosso catolicismo é exageradamente sincrético e, como lembrava Roberto Campos, frouxo e autoindulgente. Éramos – e ainda somos – um país de proporções e moldes descabidos para a referida condição latino-americana: grande território, grande população, unidade nacional. Costumávamos ser imperiais (em oposição às repúblicas latino-americanas) e não deixamos, malgrado tudo, de ser imperiosos nos gestos.

O Brasil somos muitos, e vários. Manoel Bomfim, falando da posição de um brasileiro – e, também, de um latino-americano por opção –, proferia, há mais de um século: as nações latino-americanas são “sociedades misturadas”; “povos refeitos”, dotados de “todas as possibilidades de espírito e de coração”, vez que encampam “a herança das raças donde viemos” (BOMFIM, 2008). Não estaria Bomfim, médico e ensaísta, projetando a sua “brasilidade” no conceito forjado? Possivelmente, em alguma medida. José Guilherme Merquior, menos otimista, não menos encafifado, não menos brasileiro: somos, América Latina, “um

outro Ocidente” – “mais pobre, e mais enigmático; um Ocidente problemático, mas não menos Ocidente, como o comprovam a linguagem, os valores, e as crenças de suas sociedades” (MERQUIOR, 1990).

Vale redarguir: o Ocidente de um brasileiro é o mesmo Ocidente de um andino, por exemplo? O que os 22 países que compõem a América Latina, conforme o entendimento canônico contemporâneo, têm em comum? Eles foram, no passado, a vanguarda de diferentes movimentos políticos, sociais e econômicos, em distintos momentos de suas trajetórias bicentenárias como unidades nacionais e territoriais. A América Latina experimentou um processo singular de libertação de seus colonizadores – Espanha e Portugal – no início do século XIX. Enquanto a maioria das nações africanas e asiáticas obteve a independência apenas a partir da década de 1950, pode-se afirmar que países como o México, a Venezuela, o Chile, a Argentina e o Brasil lideraram a luta anticolonial do Sul Global – um tanto quanto *avant la lettre* –, gerando, assim, o fim do Pacto Metropolitano com os europeus.

Muitas das práticas agora associadas à diplomacia moderna e ao direito internacional público, por exemplo, foram pioneiramente implementadas na América Latina – já na segunda metade do século XIX. Tomemos o conceito de multilateralismo, que logo se tornou um princípio fundamental para os corpos diplomáticos da região: o domínio das técnicas jurídicas e códigos legais foi considerado pelas jovens nações latino-americanas como um mediador fundamental para as trocas internacionais e, desde logo, um dos pontos fortes dos nossos representantes, especialmente quando estes participavam de conferências de alto nível. O princípio do asilo diplomático, hoje globalmente disseminado, encontrou um terreno fértil para vicejar na América Latina, tendo sido transformado, com o passar das décadas, em uma das nossas tradições mais arraigadas de política exterior. Os direitos

humanos, de modo amplo, encontraram nesta parte do mundo um polo de recepção e difusão.

O pensamento latino-americano talvez tenha atingido a maioria no curso do século XX. Um grupo extraordinário de pensadores econômicos – do argentino Raúl Prebisch ao brasileiro Celso Furtado, passando pelo chileno Enzo Faletto – foi responsável por elaborar a teoria da dependência e a maioria de seus derivados intelectuais. Como uma escola de pensamento, o grupo revolucionou o campo hoje conhecido como “economia do desenvolvimento” e influenciou fortemente as doutrinas aplicadas por uma diversidade de presidentes e ministros, banqueiros e acadêmicos. A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe – CEPAL – ainda hoje é influenciada por esse legado.

Na literatura do século XX, o gênero de realismo mágico foi liderado por literatos latino-americanos como o colombiano Gabriel García Márquez, o cubano Alejo Carpentier, os mexicanos Juan Rulfo e Carlos Fuentes, o peruano Mario Vargas Llosa, o uruguaio Horacio Quiroga, os argentinos Jorge Luis Borges e Julio Cortázar, o brasileiro José J. Veiga, dentre outros. Cabe citar, ademais, o impacto inegável de arquitetos e urbanistas do quilate de Oscar Niemeyer e Lucio Costa – os dois ilustres discípulos de Le Corbusier –, de Luis Barragán no México, de Paulo Mendes da Rocha no Brasil. Na música, lograram alcance planetário o samba brasileiro de Noel Rosa, Pixinguinha e Chico Buarque; a Tropicália de Gilberto Gil e Caetano Veloso; o tango uruguaio-argentino de Carlos Gardel; o lirismo pungente de Mercedes Sosa; a poesia musicada cubana de Compay Segundo e Bola de Nieve; as letras politicamente engajadas de Victor Jara e Violeta Parra no Chile.

A América Latina também contribuiu com algumas tendências políticas que, hoje em dia, são percebidas negativamente. Uma coluna recente na revista *The Economist* chegou a ponto de associar o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump,

com o ex-presidente da Argentina, Juan Domingo Perón. Exata ou errônea, justa ou não, a invocação reflete bem a imagem que muitos atores no hemisfério Norte cultivam sobre nós outros. Por mais problemático que esse tipo de exercício analógico possa ser do ângulo de um historiador, reconhece-se que o populismo como um modo de ação política tem, seguramente, raízes fincadas entre o Rio Bravo e os Pampas da Patagônia.

No domínio da economia, os especialistas do neodesenvolvimentismo envolvem-se em ferozes batalhas contra os entusiastas do neoliberalismo. Nas competições eleitorais, os “nacionalistas” e os “interdependentistas” continuam atacando-se. A diplomacia, um tradicional reservatório de orgulho nacional na região, dificilmente nos poderá salvar do ostracismo. Trump avançou com políticas migratórias antilatinas – do que a construção de um muro na fronteira com o México é o epítome derradeiro – e não se assistiu a qualquer reação significativa ou à resistência articulada de nossos líderes nacionais.

Desafios globais, dilemas regionais

As placas geopolíticas movem-se rápida e violentamente. Quando se trata de relações internacionais, não há nada de novo sob o céu: estar em uma bifurcação na estrada é algo bem típico, e não uma exceção, para os países em desenvolvimento. Curiosamente, mas não surpreendentemente, os latino-americanos praticaram no passado, para evitar as limitações impostas pela bipolaridade da Guerra Fria, algumas modalidades de diplomacia pendular.

No final da década de 1950, o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek exerceu pressão política sobre seu colega norte-americano, John F. Kennedy, sob a alegação de que uma América Latina empobrecida se tornaria presa fácil para a União Soviética. Se Kennedy quisesse que a região permanecesse imune ao

comunismo, fundos americanos precisariam ser recebidos. Sob Kubitschek e sua engenhosa Operação Pan-Americana (OPA), um plano de desenvolvimento para a região foi desenhado, vários acordos bilaterais firmados e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fundado.

Após a Segunda Guerra Mundial, a estratégia dos Estados Unidos em relação ao Brasil e à Argentina mudou radicalmente. À medida que a última se tornava cada vez mais resistente à abordagem diplomática de Washington, o primeiro se fazia cão de guarda dos Estados Unidos na região. De certa forma, essa luta entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro (na época, a capital do Brasil) pelo reconhecimento de Washington foi interpretada como um conflito por procuração da Guerra Fria; uma luta para identificar-se quem tinha proeminência regional na América Latina. Em menor escala, o Paraguai de Alfredo Stroessner também se engajou em política externa pendular nas décadas de 1950 e 1960, quando o país inclinou-se alternadamente por Brasil e Argentina, dois rivais. Como em outros casos de oscilação diplomática, Assunção se beneficiaria largamente desse bailado com dois parceiros.

Na atualidade, todavia, os Estados Unidos não parecem atraídos pela perspectiva de investir maciçamente no subcontinente. Além do Canadá, um parceiro de longa data, todo o resto do hemisfério faz parte da rubrica “América Latina e Caribe”, um departamento pouco relevante para a Casa Branca nas últimas décadas. Washington, literalmente, fechou portas e levantou muros para os latino-americanos em 2017. Ao vociferar palavras desagradáveis contra latinos – que foram retratados como bandidos, traficantes de drogas e estupradores durante a campanha presidencial –, o governo Trump dificultou para qualquer país na região praticar uma política abertamente pró-EUA. Ainda existe um sentimento de orgulho que impede os líderes regionais de fazer *bandwagoning* escancarado em relação à América do Norte.

Por outro lado, a Ásia-Pacífico em geral, e a China em particular, abstêm-se de interferir nas controvérsias políticas das Américas. No contexto da Iniciativa Cinturão e Rota, de Xi Jinping, muitos países estão buscando investimentos estrangeiros diretos de Pequim – uma ação que não implica necessariamente compromissos normativos e adesões valorativas. Há um interesse agudo e ostensivo da Ásia Oriental em produtos da América Latina – alimentos, energia, água –, que já estão sendo importados à larga, sem mencionar o fenômeno da compra de terras, também em curso.

Persistem diferenças importantes, ainda assim. Se o Brasil tenta escapar dessa interdependência assimétrica em relação ao Nordeste da Ásia (China, Japão, Coreia do Sul), inaugurando rotas comerciais no Sudeste da Ásia, o Paraguai investe todo o capital diplomático no fortalecimento de seu relacionamento histórico com Taiwan, enquanto a maioria dos outros líderes estatais – com ênfase nos do Peru, Panamá, Argentina, Chile e Uruguai – parece cada vez mais convencido de que não há outro caminho senão se render ao polo asiático, nomeadamente à China.

Numa época em que especialistas demonstram preocupação com os perigos da ascensão chinesa e os riscos de conflito por ela desencadeados – a chamada “armadilha de Tucídides” (ALLISON, 2017) –, a América Latina enfrenta uma armadilha de outra natureza, pois a região não reúne elementos para fazer-se ativo estratégico aos olhos de qualquer um dos dois lados do oceano Pacífico – América do Norte e Ásia. Sendo uma zona livre de guerras e desnuclearizada há muitas décadas, não representa ameaça existencial para as potências globais a curto ou médio prazo. Sem mencionar a turbulência político-econômica que atualmente atravessa todo o subcontinente. A América Latina contemporânea é como um cão sem dentes, cujo latido é pouco ouvido, seja em Washington ou no eixo Tóquio-Délhi-Pequim.

Contra um pano de fundo que não é exatamente encorajador, que lugar integramos nas prioridades econômicas globais? E na agenda política global contemporânea?

Um lugar periférico, por anacrônico que soe o termo empregado. Embora processos de substituição de importações e a nova divisão internacional do trabalho tenham garantido a alguns países (como Brasil, México e Colômbia) o status de países industrializados e a fuga do fardo de serem exclusivamente agroexportadores, não cabe à América Latina mais que um modesto posto no bloco intermediário dos detentores do conhecimento científico, dos investidores em Pesquisa & Desenvolvimento e da produção de tecnologia de ponta. Após o 11 de setembro de 2001, definidor de uma agenda internacional mais belicosa que cooperativa, aqueles que não têm interesses diretos na região, ou não querem desfrutar da alta remuneração propiciada por voláteis praças financeiras locais, não veem razões para incrementar a presença nos trópicos americanos.

Nossa América Latina até elaborou, recentemente, um receituário inovador de políticas sociais para combater o analfabetismo, as carências na saúde pública, a fome crônica e a extrema pobreza. Os movimentos bem-sucedidos, contudo, estão agora em risco, pois o clima político tornou-se subitamente avesso a intervenções destinadas a resgatar os mais pobres e vulneráveis da marginalização. O tema da desigualdade não se vai tão fácil assim das agendas eleitorais. Em nome da austeridade fiscal e de outras crenças que costumavam estar em voga nos anos de 1980 e 1990, boas práticas administrativas vão sendo abandonadas uma a uma. A última tendência nos gigantes regionais – Brasil, México e Argentina – é drenar recursos públicos antes voltados para ciência, tecnologia e educação superior, “reprimarizando” e desindustrializando a atividade econômica, e minando a capacidade de inovação.

Aos frequentadores das décadas de 1990 a 2020, não é difícil atribuir o rótulo de românticos aos anos engarrafados entre 1960 e 1980 nesta porção do mundo. Com o benefício do tempo, tudo parece envolto por uma aura de idealismo, utopia, paixão e contracultura. Era uma época em que a foice e o martelo adornavam as camisetas vermelhas dos estudantes engajados, ao passo que Caetano ensinava a caminhar contra o vento.

Artistas, intelectuais e outros libertadores de mentes uniam-se aos libertadores de corpos nas ruas das metrópoles: Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago, e em tantas outras, cujas cicatrizes perduram nas memórias dos que perderam os entes queridos. Muros eram pichados com dizeres de um mundo melhor – o *c'est interdit d'interdire* da Paris de 1968 espelhava o sentimento das grandes cidades dos trópicos ocidentais, vítimas dos regimes de exceção. Estudantes politizados e apaixonados travavam batalhas ideológicas e tornavam-se vítimas e mártires da repressão policial e militar – severíssima – na Argentina, no Uruguai, no Chile, dentre outros vizinhos regidos pelos aplicados alunos da Escola das Américas.

Contra as ditaduras latino-americanas simpáticas a Washington, invocavam-se as mãos da Plaza de Mayo e o libertarismo inspirado em Ernesto “Che” Guevara, ecoando a geração de Sierra Maestra. Nos dias correntes, a Venezuela – antes considerada ilha da estabilidade ao sul do equador – passou a figurar como Nova Cuba no imaginário coletivo, em função do peculiar arranjo socioeconômico e das tentações políticas autoritárias ali incidentes. Entre fraturas institucionais e choques de petróleo, o bolivarianismo – ou o “socialismo do século XXI”, na formulação de Boaventura de Sousa Santos (2007), um importante ideólogo das esquerdas globais –, que também arrebatou por algum tempo Bolívia, Equador, Nicarágua, Honduras e Haiti, vai-se esfarelando, como se fora um sonho de uma noite de verão. Resta muito pouco do entusiasmo que suscitava há duas décadas.

Numa boa síntese, autores há que apostem na combinação entre a fragmentação política, após os processos de independência nacional, e o padrão de inserção na divisão internacional do trabalho, em gestação no período da Revolução Industrial, como ponto de partida para o estabelecimento da armadilha do subdesenvolvimento, recentemente tratada na literatura como “armadilha da renda média”. Do diagnóstico pessimista não se segue, entretanto, um prognóstico necessariamente ruim. É preciso, isto sim, reverter processos não virtuosos. Apenas de uma maneira, a um só tempo, autonomista, imaginativa, empenhada, qualificada, inclusiva e sustentável, sairemos dessa armadilha.

Da sustentabilidade aos direitos humanos, da saúde à educação: problemas contemporâneos

Para refletir com justeza os desafios postados à frente, este dossiê sobre a América Latina tem de dar conta das agendas sociais. Dos velhos e novos problemas que, sob uma variedade de angulações, mobilizam os formuladores de políticas públicas, os *stakeholders* e os acadêmicos.

Uma primeira “nova agenda” a demandar esforços de entendimento e gerenciamento é a sustentabilidade energética. Os desafios relacionam-se, por exemplo, com a estabilidade da oferta, a acessibilidade dos preços e a sustentabilidade das fontes de energia. Apesar de rica em recursos fósseis, a América Latina ostenta a maior participação de fontes renováveis na sua matriz energética quando comparada com outras regiões do mundo, dados o alto grau de desenvolvimento de hidroeletricidade e o uso intensivo de biocombustíveis no setor de transportes. Essa é a boa notícia.

A má notícia é a tensão identificada entre um setor energético intensivo em capital, de estrutura oligopolizada, e uma região carente na oferta de bens públicos básicos e bastante desigual,

na qual o pêndulo regulatório oscila historicamente entre maior controle e participação estatal e maior atratividade para o setor privado. Esta tensão entre forças de mercado e controle público da alocação de recursos energéticos manifesta-se também sob a forma de acessibilidade dos preços de combustíveis e energia elétrica, pois a região apresenta um consumo energético fortemente subsidiado. Tais subsídios exercem impactos diretos e indiretos sobre as contas governamentais, a distribuição de renda, a competitividade e a composição setorial das economias, além das emissões de gases.²

Os problemas administrativos e fiscais dos Estados nacionais, a propósito, também têm enorme centralidade na América Latina. A ampliação do Estado de bem-estar social, com expansão das políticas sociais e diminuição das desigualdades sociais, é um dos temas que ganhou destaque e prossegue como importante demanda das populações locais. O federalismo é outro assunto que adquiriu visibilidade em países onde a autonomia política subnacional foi minada pelo centralismo autoritário.³

Saúde pública, como sói ocorrer, puxa a fila entre prioridades eleitorais na América Latina e continua sendo tema politicamente inflamável. Estratégias de acesso e cobertura universais à saúde variam enormemente entre as sub-regiões latino-americanas, e os resultados são heterogêneos em se tratando de equidade e efetividade.⁴ Tópicos como saúde reprodutiva e planejamento familiar, embora fundamentais para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030), permanecem envoltos por discurso moralizante que concebe sexo e sexualidade como pertinentes à esfera privada e com fim estritamente procriativo.⁵

² Ver o Capítulo 1 desta coletânea.

³ Ver o Capítulo 9 desta coletânea.

⁴ Ver o Capítulo 2 desta coletânea.

⁵ Ver o Capítulo 3 desta coletânea.

Por outro lado, promissoras alternativas ao estado de coisas emergem – tais como a Rede de Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas nas Américas (Red MTCI Américas), que articula instituições e organizações que concebem e executam políticas, regulamentam, capacitam profissionais, pesquisadores, desenvolvedores de programas e serviços, para educar o público em geral, incluindo os povos indígenas, os indivíduos afrodescendentes, as associações profissionais, a academia e a gestão de saúde, para que os sistemas de saúde sejam mais inclusivos e sustentáveis.⁶

Um diagnóstico equilibrado sobre a situação da educação, uma preocupação fundamental e aguda no contexto latino-americano, requer reavaliação da história da constituição dos sistemas educacionais na região e seu desenvolvimento nos países que a compõem. Desde a influência iluminista do século XVIII, passando pelos movimentos críticos de educação popular como elementos substanciais para os movimentos de independência revolucionária, até os processos mais recentes de reformas que visam a atender a determinadas políticas econômicas, subsiste a aspiração (e a inerente tensão) à ampliação do direito humano à educação.⁷

Em termos de avanço tecnológico e governança institucional, há margem para um otimismo contido. A experiência do Sistema Geodésico de Referência (SIRGAS) é descrita e positivamente retratada nesta obra, com as suas soluções voltadas para a modelagem do planeta, considerando-se os aspectos remotos.⁸ Já o caso da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), também explorado no correr deste volume, é considerado progresso notável na proteção de dados pessoais, cumprindo obrigações regulatórias⁹ Mais ceticamente, também se oferece uma leitura de que, como os acontecimentos decisivos no processo de

⁶ Ver o Capítulo 4 desta coletânea.

⁷ Ver o Capítulo 5 desta coletânea.

⁸ Ver o Capítulo 6 desta coletânea.

⁹ Ver o Capítulo 7 desta coletânea.

independências nacionais na região ocorreram ao mesmo tempo que a Revolução Industrial britânica se desenvolvia, o impacto inicial da primeira revolução tecnológica na América Latina, contrastando os Estados Unidos e as ex-colônias espanholas e portuguesa, resultou, aqui, em peculiar modalidade de capitalismo periférico.¹⁰

Nem só de materialidade se faz o homem. Entre os desafios que se põem para os países latino-americanos, o tratamento que os regimes políticos dão a temas de moral é invariavelmente polêmico. O assunto divide as opiniões dos cidadãos comuns, e entre as elites políticas não é diferente. Seja pelas características do eleitorado regional, em sua grande maioria conservador, seja pela relação estreita entre religião, política e Estado, ou ainda pela instabilidade e incompletude das nossas democracias, não há consenso amplo sobre questões que envolvam valores e costumes.¹¹ Outro fator conspícuo são os conflitos internos aos países – e o caso peruano será visto com riqueza de detalhe – e as memórias e os traumas que deixam. Não é simples adentrar o universo das guerras civis, especialmente quando o saldo é tragicamente contabilizado em milhares de mortos, desaparecidos e deslocados.¹²

Neste bicentenário das independências nacionais na América Latina – já celebrado em diversos casos, por completar-se noutros tantos –, a mensagem deixada na introdução ao livro precisa ser de esperança. O futuro pode, sim, ser melhor do que o passado. Ainda que os indícios do tempo presente não sejam particularmente encorajadores, o jogo está em aberto. Fatalismos não nos convêm.¹³

¹⁰ Ver o Capítulo 8 desta coletânea.

¹¹ Ver o Capítulo 10 desta coletânea.

¹² Ver o Capítulo 11 desta coletânea.

¹³ Ver os capítulos 12 e 13 desta coletânea.

Referências

ALLISON, G. *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.

ARDAO, A. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas, Venezuela: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.

BOMFIM, M. A. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zg8vf>. Acesso em: 4 jun. 2020.

CAMBESES JR., M. *América Latina ou Ibero-América?* 2004. Disponível em: <http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a021.html>. Acesso em: ago. 2004.

LOPES, D. B.; NASSER, F.; VELLOZO JR., J. O que faz da América Latina, América Latina? *O Debatedouro*, p. 2-6, ago. 2004.

MERQUIOR, J. G. Um outro Ocidente. *Presença*, n. 15, p. 69-91, 1990.

PHELAN, J. L. El origen de la idea de Latinoamérica. In: ZEA, L. (comp.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. t. 1.

ROJAS MIX, M. *Los cien nombres de América*. San José, Costa Rica: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1991.

PASO, F. *Noticias del Imperio*. México, D. F.: Editorial Diana, 1987.

SANTOS, B. S. Socialismo do século 21. *Folha de S. Paulo*, 7 jun. 2007.